

Audiências Públicas

-

05/03/2018 (SEGUNDA-FEIRA)

[SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO – CDHET](#) / COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH

aUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6 – 9h

-

Assunto / Finalidade: Debater sobre: “Normas Gerais de Tutela do Trabalho”, com foco na tutela necessária no Trabalho Rural e Doméstico.

Requerimento(s) de realização de audiência: – [RDH 25/2018](#), Senador Paulo Paim

Convidados:

- Débora Tito Farias, Procuradora do Trabalho da 6ª Região;
- Carlos Eduardo, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais – CONTAR;
- Lucas Reis da Silva, Auditor-Fiscal do Trabalho;
- Livia Ferreira, Auditora Fiscal do Trabalho – representante do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT;
- Ivaneck Perez Alves, Assessor Jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG;
- Representante da Universidade Federal da Bahia;
- Representante da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA;
- Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas – FENATRAD.

-

[COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL – CRE](#)

1º Painel de Debates

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 18h

Assunto / Finalidade: Ciclo de Debates “O Brasil e a Ordem Internacional: Estender Pontes ou Erguer Barreiras?”

1º Painel: O Sistema Internacional sob o Impacto Trump.

Convidado:

- Embaixador Rubens Ricupero

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Diligência

segunda-FEIRA 05/03

LOCAL: Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso em Cuiabá – 9h

Assunto / Finalidade: Debater a infraestrutura rodoviária de Mato Grosso, com foco nas obras da BR163, no trecho Cuiabá-Rondonópolis, enfatizando a travessia urbana de Cuiabá e Várzea Grande.

Requerimento(s) de realização de audiência: – [RQI 5/2018](#), Senador Wellington Fagundes

Convidado:

- Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura do DNIT;
- Emanuel Pinheiro, Prefeito de Cuiabá – MT;
- Lucimar Campos, Prefeita de Várzea Grande – MT;
- Justino Malheiros, Presidente Da Câmara Municipal De Cuiabá – MT;
- Benedito Francisco Curvo, Presidente da Câmara Municipal De Várzea Grande – MT;

- João Pedro Valente, Presidente Do Conselho Regional De Engenharia E Agronomia De Mato Grosso – MT;
- Roberto Ângelo De Farias, Prefeito De Barra Do Garças – MT;
- Miguel Moreira Da Silva, Presidente Da Câmara Municipal De Barrado Garças – MT;
- Eduardo Botelho, Deputado Estadual;
- Janaina Greyce Riva, Deputada Estadual;

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

AUDIÊNCIA PÚBLICA INTERATIVA

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 11h

-

Assunto / Finalidade: Debater a Prevenção e Controle de Pragas na Agricultura e Pecuária Brasileira

Requerimento(s) de realização de audiência: – [RRA 3/2018](#), Senador Ivo Cassol

-

Convidados:

- Representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Representante da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA);
- Representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).

-

PLENÁRIO

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 808, DE 2017](#) - Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

Vigência: 14/11/2017 a 22/02/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

14/11/2017 - 23/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente (prorrogado) (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 5, de 19 de fevereiro de 2018 (DOU de 20/02/2018));

08/02/2018 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente.

REUNIÃO DELIBERATIVA - 14h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 806, DE 2017](#) - Dispõe sobre o Imposto sobre a Renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento.

Assunto/Finalidade: Apreciação de Relatório

Local: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3

4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 806, adotada em 31 de outubro de 2017, que "Dispõe sobre o imposto sobre a renda incidente sobre as aplicações em fundos de investimento."

Presidente: Senador Eduardo Amorim

Relator: Deputado Wellington Roberto

Vigência: 30/10/2017 a 07/02/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Matéria com a Relatoria

Prazos abertos

30/10/2017 - 08/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente (prorrogado) (Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 2, de 5 de fevereiro de 2018 (DOU 06/02/2018));

14/12/2017 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h40

[Medida Provisória nº 809, de 2017](#) - Altera a Lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a Lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de Pessoal do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Ibama.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 809, adotada em 4 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes, e a lei nº 7.957, de 20 de dezembro de 1989, que dispõe sobre a tabela de pessoal do instituto brasileiro do meio ambiente e dos recursos naturais renováveis - IBAMA.”.

Vigência: 04/12/2017 a 14/03/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

04/12/2017 - 14/03/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

28/02/2018 em diante: Apreciação de Medida Provisória em rito ordinário (início do regime de urgência) (Art. 9º da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Previsto

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h50

[Medida Provisória nº 810, de 2017](#) - Altera a Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 810, adotada em 11 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e dá outras providências.”.

Vigência: 11/12/2017 a 21/03/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

11/12/2017 - 21/03/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002 CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h

[Medida Provisória nº 811, de 2017](#) - Altera a Lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. – Pré-Sal Petróleo S.A. – PPSA e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 811, adotada em 22 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 12.304, de 2 de agosto de 2010, que autoriza o poder executivo a criar a empresa pública denominada empresa brasileira de administração de petróleo e gás natural s.a. – pré-sal petróleo s.a. – ppsa e dispõe sobre a política de comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos.”.

Vigência: 22/12/2017 a 01/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

22/12/2017 - 01/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002

CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h10

[Medida Provisória nº 812, de 2017](#) - Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 812, adotada em 27 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta o art. 159, inciso i, alínea “c”, da Constituição Federal, e institui o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste – FCO, e a lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste.”.

Vigência: 27/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

27/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h20

Medida Provisória nº 813, de 2017 - Itera a Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do Programa de Integração Social - PIS e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 813, adotada em 27 de dezembro de 2017, que "Altera a lei complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, para dispor sobre a possibilidade de movimentação da conta do programa de integração social - pis e do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP."

Vigência

27/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual

AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Prazos abertos

27/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h30

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 814, DE 2017](#) – Altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica – Proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica.

Assunto / Finalidade: Instalação e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 814, adotada em 29 de dezembro de 2017, que “Altera a lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos sistemas isolados, e a lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica – proinfa e a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e dispõe sobre a universalização do Serviço Público de Energia Elétrica.”

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

07/03/2018 (QUARTA-FEIRA)

-

-

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h40

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 815, DE 2017](#) – Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2018.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente.

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 815, adotada em 2 de janeiro de 2018, que “Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela união aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, no exercício de 2018.”.

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 14h50

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 816, DE 2017](#) – Cria cargos em comissão para compor os Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 816, adotada em 2 de janeiro de 2018, que “Cria cargos em comissão para compor os conselhos de supervisão dos regimes de recuperação fiscal dos estados e do distrito federal.”.

Vigência: 29/12/2017 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

29/12/2017 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 817, DE 2018 – Disciplina o disposto nas Emendas Constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-Territórios Federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e o art. 31 da Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 817, adotada em 5 de janeiro de 2018, que “Disciplina o disposto nas emendas constitucionais nº 60, de 11 de novembro de 2009, nº 79, de 27 de maio de 2014, e nº 98, de 6 de dezembro de 2017, dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, aos militares e aos empregados dos ex-territórios federais, integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 89 do ato das disposições constitucionais transitórias e o art. 31 da emenda constitucional nº 19, de 4 de junho de 1998, e dá outras providências.”.

Vigência: 05/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

05/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF);

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h10

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 818, DE 2018 – Altera a Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da MetrÓpole, e a Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 818, adotada em 12 de janeiro de 2018, que “Altera a lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o estatuto da metrÓpole, e a lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana.”.

Vigência: 12/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

12/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO - 15h20

[MEDIDA PROVISÓRIA Nº 819, DE 2018](#) - Autoriza a União a doar recursos ao Estado da Palestina para a restauração da Basílica da Natividade.

Assunto / Finalidade: Instalação da Comissão e Eleição de Presidente e Vice-Presidente

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 819, adotada em 26 de janeiro de 2018, que "Autoriza a união a doar recursos ao estado da palestina para a restauração da basílica da natividade."

Vigência: 26/01/2018 a 02/04/2018 (Art. 62 da CF/88 e art. 9º da Res. 1/2002-CN)

Situação atual: Aguardando Instalação da Comissão

Prazos abertos

26/01/2018 - 02/04/2018: Deliberação de Medida Provisória (Vigência) (Art. 10 da Res. 1/2002-CN combinado com o art. 62 da CF)

Situação do prazo: Vigente

Comissões

06/03/2018 (TERÇA-FEIRA)

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

REUNIÃO DELIBERATIVA

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15 - 11h30

[PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 1, de 2016](#) - Terminativo - Denomina Código Florestal Luiz Henrique da Silveira a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa.

Autoria: Senador Dalirio Beber

Relatoria: Senador Dário Berger

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observações: Em 28/11/2017, o Relatório foi lido, e a discussão e a votação foram adiadas

TRAMITAÇÃO: CE

CABE VISTA: SIM

ORIENTAÇÃO: Acompanhar

8

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

Terça-FEIRA 06/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9 – 11h30

2	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, de 2015 - Terminativo - Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura. Autoria: Senador Benedito de Lira Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Observações: 1. Em 3/9/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Em 22/8/2017, lido o relatório, encerrada a discussão, ficou adiada a votação da matéria. 3. Constou da pauta em 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA à CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p>
5	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 214, de 2015 - Terminativo - Modifica o Código 20 do Anexo VIII da Lei no 6.938, de 31 de agosto de 1981, acrescido pela Lei no 10.165, de 27 de dezembro de 2000, para excluir a silvicultura do rol de atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais. Autoria: Senador Alvaro Dias Relatoria: Senador Acir Gurgacz Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta. Observações: 1. Em 6/8/2015, a matéria foi apreciada pela CRA com parecer favorável ao projeto; 2. Constou da pauta em 25/4, 2/5, 9/5, 30/5, 13/6, 27/6, 4/7, 8/8, 22/8, 12/9, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017. 3. Em 6/12/2017, foi lido o relatório e iniciada a discussão.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CRA à CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p>

7	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 750, de 2015 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima – PNMC e dá outras providências, para adotar, como compromisso nacional voluntário adicional, ações de adaptação e mitigação de emissão de gases de efeito estufa para os anos de 2025 e 2030. Autoria: Senador Jorge Viana Relatoria: Senador João Capiberibe Relatório: Pela aprovação nos termos do substitutivo Observações: 1. Constou da pauta em 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017; 2. Sendo aprovado na CMA o substitutivo apresentado, a matéria irá para a pauta da próxima reunião para apreciação em turno suplementar (RISF, art. 282 combinado com o art. 92).</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA RESUMO EXECUTIVO</p>
8	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 79, de 2016 – Terminativo – Altera a redação do art. 71 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que trata dos prazos do processo administrativo ambiental. Autoria: Senador Paulo Paim Relatoria: Senador Valdir Raupp Relatório: Pela aprovação, com as emendas que apresenta. Observações: 1. Constou da pauta em 7/11, 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p>
9	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 75, de 2017 – Terminativo – Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, para incluir óleos e gorduras de uso culinário como produtos do sistema de logística reversa. Autoria: Senador José Medeiros Relatoria: Senador Cristovam Buarque Relatório: Pela aprovação com emendas Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer</p> <p>LINK PARA O RESUMO EXECUTIVO</p>

<p>10</p>	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 97, de 2017 – Terminativo – Altera a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, para estabelecer a necessidade de anuência do Estado para criação ou alteração de unidades de conservação em seu território.</p> <p>Autoria: Senador Flexa Ribeiro Relatoria: Senador Davi Alcolumbre Relatório: Pela rejeição Observações: Constou da pauta em 26/9, 10/10, 24/10, 7/11, 6/12 e 12/12/2017</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Contrário ao Parecer</u></p> <p>LINK PARA RESUMO EXECUTIVO</p>
<p>12</p>	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, de 2013 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, para incentivar o uso integrado dos recursos naturais na atividade de aquicultura conjugada à agricultura.</p> <p>Autoria: Senador Benedito de Lira Relatoria: Senador Cidinho Santos Relatório: Pela aprovação com as Emendas nº 1-CAE e 2-CAE e mais uma que apresenta. Observações: 1. Em 9/12/2014, a matéria foi apreciada pela CAE, com parecer favorável ao projeto com as Emendas nº 1-CAE e nº 2-CAE; 2. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista coletiva, nos termos regimentais. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017; 4. A matéria ainda vai à CRA, em decisão terminativa.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAEè CMAè CRA CABE VISTA: NÃO ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p>
<p>13</p>	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 284, de 2014 – Não Terminativo – Altera o art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para isentar de imposto de renda a emissão de debêntures de sociedade de propósito específico para implementar projetos de desenvolvimento sustentável.</p> <p>Autoria: Senador Vital do Rêgo Relatoria: Senador Sérgio Petecão Relatório: Pela aprovação com as emendas que apresenta. Observações: 1. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 2. A matéria vai à CAE, em decisão terminativa.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMAè CAE CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p>

14	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 541, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, para restringir o registro e uso de agrotóxicos. Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares Relatoria: Senador Cidinho Santos Relatório: Pela rejeição Observações: 1. Em 6/12/2017, foi lido o relatório. A presidência concedeu vista ao senador Humberto Costa. 2. Em 6/12/2017, após a reunião, o senador João Capiberibe apresentou voto em separado pela aprovação do projeto. 3. Constou da pauta em 6/12 e 12/12/2017. 3. A matéria ainda vai à CAS e à CRA, em decisão terminativa nesta última.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CMAè CASè CRA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p> <p>LINK PARA RESUMO EXECUTIVO</p>
-----------	--

07/03/2018 (QUARTA-FEIRA)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 9

2	<p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 34, de 2015 – Não Terminativo – Altera a Lei nº 11.105, de 24 de março de 2005. Autoria: Deputado Luis Carlos Heinze Relatoria: Senadora Vanessa Grazziotin Relatório: Pela rejeição do Projeto. Observações: Em 13.10.2015, a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática aprovou Parecer contrário ao Projeto. – Em 19.09.2017, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CRA. – Em 12.12.2017, o Senador Cidinho Santos apresenta Voto em Separado pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CRA. – Em 28.02.2018, lidos o Relatório e o Voto em Separado na Comissão de Assuntos Sociais, a Presidência concede Vista Coletiva ao Projeto nos termos regimentais – A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente para prosseguimento da tramitação. – Votação simbólica.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CCTè CRAè CAS è CMA CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Contrário ao Parecer</p> <p>LINK PARA RESUMO EXECUTIVO</p>
----------	---

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7 – 9h

1	<p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 69, de 2017 – Não Terminativo – Altera o inciso IV do caput do art. 5º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamenta os fundos constitucionais, para incluir na área considerada como semiárido os Municípios localizados no Baixo Parnaíba, no Estado do Maranhão.</p> <p>Autoria: Deputado Hildo Rocha Relatoria: Senador João Alberto Souza Relatório: Pela aprovação Observações: – A matéria constou na pauta da 29ª (11/10/2017), da 31ª (18/10/2017), da 32ª (25/10/2017), da 33ª (01/11/2017) e da 38ª (13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; e na pauta da 1ª e da 2ª reuniões da 4ª Sessão Legislativa Ordinária; – Na 1ª Reunião da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura, em 07/02/2018, foi concedida vista, nos termos regimentais, ao Senador Paulo Rocha; – O relator, Senador João Alberto Souza, apresentou novo relatório, em 21/02/2018, com voto pela aprovação da matéria; – A matéria segue para a apreciação da CAE – Comissão de Assuntos Econômicos.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CDR CABE VISTA: NÃO ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p>
5	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 146, de 2014 – Terminativo – Altera a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, para definir os critérios de enquadramento de municípios na região do semiárido e para fixar atualização dos limites dessa região a cada cinco anos.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Carlos Valadares Relatoria: Senador José Pimentel Relatório: Pela aprovação com a emenda que apresenta Observações: – A matéria constou na pauta da 9ª (24/05/2017), da 12ª(07/06/2017) e da 38ª(13/12/2017) Reuniões da CDR da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; – A matéria constou também na pauta da 2ª (21/02/2018) Reunião da CDR da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura; – Votação nominal.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CAE è CDR CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p>

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

REUNIÃO DELIBERATIVA Ordinária

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2 - 11h

13	<p>PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 183, de 2015 - Não Terminativo - Altera a Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973. Explicação da Ementa: Regula a indenização de benfeitorias a agricultores ocupantes de boa-fé em terras indígenas.</p> <p>Autoria: Deputado Dr. Jorge Silva Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela rejeição do Projeto Observações: Tramitação: CDH e CRA</p> <p>TRAMITAÇÃO: CDH e CRA e CCJ CABE VISTA: <u>SIM</u> ORIENTAÇÃO: <u>Acompanhar</u></p>
-----------	---

-
COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

REUNIÃO DELIBERATIVA

QUARTA-FEIRA 07/03

LOCAL: Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19 - 11h

-

2	<p>REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR Nº 2 de 2018 - Com fundamento no disposto no art. 93, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, requeremos a realização de Audiência Pública nesta Comissão, para instruir o PLS 215 de 2017 que “Obriga que os produtos cosméticos e alimentícios comercializados que possuem substâncias comprovadamente cancerígenas informem o risco de desenvolvimento da doença em suas embalagens”.</p> <p>Nominata de convidados para audiência pública: - Dr. Igor Brito - Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC); - Dr. Luciano Santos - membro da Sociedade Brasileira de Oncologia Clínica (SBOC); - Maria Eduarda Melo - Gerente da Unidade Técnica de Alimentação, Nutrição e Câncer do Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva (INCA); - João Carlos Basílio - Presidente Executivo da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC); - Edmund Klotz - Presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA); - Representante da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).</p> <p>Autoria: Senador Paulo Paim</p> <p>ORIENTAÇÃO: Acompanhar</p>
5	<p>PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 328, de 2014 - Não Terminativo - Estabelece a obrigatoriedade da publicação de informações acerca da qualidade do produto nos rótulos das embalagens de café torrado em grão, torrado moído e solúvel.</p> <p>Autoria: Senador Antonio Aureliano Relatoria: Senadora Fátima Bezerra Relatório: Pela rejeição Observações: - Posteriormente, a matéria será apreciada pela CRA.</p> <p>TRAMITAÇÃO: CTFC à CRA à CAS CABE VISTA: SIM ORIENTAÇÃO: Favorável ao Parecer</p>